POLÍTICA PÚBLICA E SEGURANÇA PÚBLICA

Public policy and public security

FANTINATO, Cristina da Silva
Faculdade Max Planck

MARTINHO, Eder de Oliveira
Faculdade Max Planck

SACCOMANI, José Roberto
Faculdade Max Planck

SILVA, Adriana Aparecida da
Faculdade Max Planck

RESUMO: No presente trabalho procuro-se enfatizar as questões de segurança pública, através de um resgate histórico sobre o tema e a aplicabilidade dentro das políticas públicas e privadas. Mostrando que a segurança publica não é um dever só do governo e sim de toda sociedade, onde devemos juntos buscar solucionar as questões da segurança e preservar a integridade física da população. Foram realizadas algumas entrevistas com profissionais da área, os quais deram seus pontos de vista de como é a segurança publica em Indaiatuba. Com os dados estatísticos procurou-se mostrar como foi variação da criminalidade na cidade de Indaiatuba entre os anos de 2006 a 2009.

Palavras-chave: política pública; segurança pública, criminalidade.

ABSTRACT In this study we aimed to emphasize the public safety issues through a historical review on the subject and applicability within the public and private policies. Showing that public safety is not an obligation only of government but throughout society, where we get together to solve security issues and preserving the physical integrity of the population. Some interviews were conducted with professionals, who gave their views on how public safety is in Indaiatuba. With the statistical data sought was to show how variation in crime in the city of Indaiatuba between the years 2006 to 2009.

Keywords: public policy, public safety, crime.

1 Introdução

A ideia da participação popular nas políticas públicas tem sido muito difundida entre os movimentos sociais e as organizações comprometidas com a garantia dos direitos. Embora políticas públicas seja um conceito oriundo de política e de administração, vem sendo utilizadas nas mais variadas áreas, pois permite estudar o espaço social antes da sua efetiva implementação.

Política pública é a forma de efetivar direitos, intervindo na realidade social. É o principal instrumento utilizado para coordenar programas e ações públicas.

A política pública deve ser resultado de um compromisso público entre o estado e a sociedade, com o objetivo de modificar uma situação em uma área específica, promovendo a igualdade. Se não houver políticas concretas para a efetivação e garantia dos direitos, elas ficam apenas no plano das intenções e não se efetivam.

Para se tornar concreta, a política pública tem que se traduzir em um plano de ações composto por programas e projetos. A política pública possui várias ramificações, e uma das ramificações que se destaca no presente artigo é a segurança pública.

Todas as pessoas esperam por segurança e estão preocupadas com o problema da falta de segurança pública que se manifesta na violência, no trânsito, nos cárceres, no tráfego de drogas, de armas e de pessoas, nas desigualdades sociais, na fome, na miséria, na corrupção e em outras situações. Essa preocupação leva a reflexão sobre tal questão, buscando identificar suas causas e dimensões. A segurança pública é dever do Estado, é também direito e responsabilidade de todos. Deve ser exercida para a preservação da ordem pública e da integridade das pessoas e de seus bens.

Em virtude do aumento da violência, a segurança pública tem sido explorada e debatida pelas entidades governamentais e não governamentais no sentido de buscar uma solução que resolva esta questão.

2 Política Pública

Política Pública é definida como um instrumento utilizado para coordenar programas e ações públicas. Não adianta estar escrito na constituição Federal e em outras leis que a moradia, a saúde e a educação são direitos dos cidadãos, se não houver políticas públicas para concretizarem estes direitos.

Política pública tem ainda como objetivo transformar uma situação em uma área específica, promovendo assim a igualdade, traduzindo em um plano de ações composto por programas e projetos.

Segundo Ana Cláudia, Mateus e Lizandra (2006, ed. 26) [1] "a política nacional de educação é formada por diretrizes gerais que visam o direito à educação para todos, com qualidade. Dentro desta política, está, entre outros, o programa de merenda escolar. E dentro deste programa, o projeto de descentralização do programa de merenda escolar, para que ele chegue a todos os municípios brasileiros".

O Estado é o principal responsável por garantir as políticas públicas, podendo ser ministrados pelos planos municipal, estadual e federal:

> a sociedade civil participa da elaboração e da gestão destas políticas principalmente por meio dos Conselhos municipais, estaduais e nacionais. São muitos os Conselhos existentes hoje: da criança, da saúde, assistência social, meio ambiente, etc. Além dos conselhos, a sociedade exerce o controle social sobre as políticas públicas a partir de fóruns, movimentos e outras organizações. A sociedade civil pode até participar na execução de algumas políticas públicas, por meio de convênios, como no caso dos mutirões habitacionais ou das creches conveniadas, mas as diretrizes e critérios devem ser definidos publicamente. (Teixeira; Bertolini de Moraes; Serafim (2006)[3].

Uma política é pública quando as decisões tomadas são totalmente públicas e também ajudam a construir o interesse público e nunca privado. Um exemplo disso é o que acontece quando um político resolve dar cestas básicas para a população mais carente (segundo seus próprios critérios, e muitas

[1] Disponível em *www.polis.org.br/obras/arquivo_255.pdf* acesso em 18/02/2009.

vezes em troca de votos), uma política pública que procure atender a esta mesma população, teria que ser baseada em diagnóstico e cadastro dos possíveis atendidos, elaborados com critérios públicos, havendo um monitoramento que acompanhe a implementação da política e uma avaliação no final dos resultados.

3 Segurança Pública

Aproveitando-se da conceituação e da narração acerca da história da segurança pública, vale transcrever[2]:

> Em 25 de março de 1554, funda-se a Cidade de São Paulo, junto ao Colégio erigido no promontório de Piratininga onde surgiu a necessidade de defesa dos novos povoados, cuja ameaça advinda de corsários do Velho Mundo fizera dos portos habitados vítimas de pilhagens frequentes. As estradas longas e desertas por onde se faziam as comunicações e se transportavam víveres eram objeto da ação de salteadores. A primeira fase de defesa era feita por soldados que integravam a tropa de 300 militares vindos com Martin Afonso, que agiam segurança do local. Cedo a eles se juntou o policiamento voluntário dos principais moradores da vila, formando pelotões esporádicos, contra as ameaças ao planalto paulistano.
>
> Nos primeiros tempos paulistanos cabia ao Senado da Câmara as posturas e a ordem pública, pois tinham atribuições jurídico-policiais e político administrativas. Portanto, dispunham a responsabilidades relacionadas com a prestação judiciária, policial e administrativa. Entre os prédios preservados que abrigavam as Câmaras do período colonial é comum a existência de prisões no pavimento térreo.
>
> No ano de 1596, a necessidade de defender a Vila da ação dos marginais, e da insegurança em que a população se encontrava, determinou o aparecimento dos Somaneiros, homens que se encarregariam do policiamento dito civil do povoado, no curso das semanas ou somanas, como se dizia na época. Em 1620, os somaneiros foram substituídos pelos quadrilheiros, regulamentados pelas Ordenações Filipinas de 1603, que dispunha para todas as cidades e lugares a presença desses quadrilheiros "para que melhor se prendam os malfeitores", estendendo, assim, o policiamento civil para todos os domínios lusitanos. Sorteados dentre os moradores de uma quadra deveriam servir pelo período de três anos.

[2] Disponível em www.wikepedia.com.br. Acesso em 16/04/2009.

[3] Disponível em *www.polis.org.br/obras/arquivo_255.pdf a*cesso em 18/02/2009

> Foram substituídos em 31 de março de 1742 pelos Guardas Municipais, pedestres e policiais, mais adaptados às novas exigências sociais, sendo que os paulistanos não receberam bem a ideia dos quadrilheiros.
>
> Foi criado no Rio de Janeiro, a 10 de maio de 1808 (e com ela nascendo a instituição que posteriormente viria a ser denominada de Polícia Civil), estendeu a sua influência à todo território brasileiro, colocando práticas diversas da sociedade em todos os pontos do país e tornando presente a existência do estado para coibir um atentado, uma ameaça ou um crime, formando um novo padrão de segurança à população, na forma do Alvará do Rei de Portugal de 10 de maio. Entre as alterações estabelecidas pela Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil destacou-se a nova organização policial do país, assim estruturada: - o Intendente Geral, sediado na Corte (capital do Reino); - Delegados do Intendente Geral em cada Província; - Comissários subordinados aos Delegados Provinciais, nos Distritos Policiais das Províncias; - Cabos de Polícia, subordinados aos Comissários, chefes dos distritos policiais.
>
> A Polícia Civil de São Paulo que inaugurou o primeiro serviço de Rádio Patrulha do país, além de ter possuído uma modelar corporação de policiamento ostensivo chamada Guarda Civil. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a Polícia Civil, reconhecida como instituição constitucional, passou a ser dirigida por delegados de polícia de carreira.

4 Causas e possíveis soluções

"Uma das principais causas da escala da violência reside no aumento da sensação de impunidade, aliado ao fato de o Estado abandonar determinadas áreas, que ficam à mercê de quem resolve deter o poder para dominá-las, instalando ali um verdadeiro poder paralelo." (D' Urso, 2002.p.52).

Não se pode negar que o crime organizado que comanda principalmente o tráfico de entorpecentes e, consequentemente de armas, exerce papel relevante nesse contexto de violência no qual o Brasil está inserido, pois é através desse "comércio" que um verdadeiro exército paralelo foi arregimentado a serviço do crime. O crime antes um ato isolado e solitário, agora está organizado, e como não há crimes e sim uma diversidade de crimes, não existe uma única causa para esse universo heterogêneo da criminalidade e sim várias.

Dentre as causas institucionais Ramos (2002, p.96) cita algumas: “o judiciário não funciona, os policiais civis e militares não trabalham em harmonia com os promotores que não atuam em conjunto com o judiciário”. Já para Soares (2003, p.7) “a violência não está associada apenas à ampliação do mercado de drogas, mas à ação na cena pública para interferir nas decisões dos poderes e na opinião pública”. O que se observa nas grandes cidades além da atividade criminosa dos traficantes é o comprometimento de órgãos públicos, corrupção de juízes e promotores, além de integrantes das polícias violentos e cúmplices. O que ocorre na realidade é uma dupla ditadura: o do tráfico e o de membros de órgãos responsáveis pelo combate ao crime que se deixam corromper. A sociedade vive sob o domínio do medo e do constrangimento imposto pela dupla tirania. Há uma cumplicidade entre traficantes e alguns membros do poder público que se corromperam a alcançaram um acordo. “... o crime não é mais uma entidade paralela. Ele penetra as instituições públicas.” (Soares, 2003, p.8).

Depende do tipo de crime, do contexto intersubjetivo e do horizonte cultural. Os valores assimilados desde a infância, o modo como a realidade é interpretada por cada um, a necessidade de sobrevivência é que autoriza ou inibe ações violentas. É claro que o meio influencia principalmente em lugares onde o crime organizado é o poder reconhecido e respeitado, aliando-se o fato de que nos bairros pobres as escolas são ruins e às vezes inexistentes, as condições de atendimento à saúde são precárias, há poucas ou nenhuma área de laser e as chances de profissionalização e ascensão econômicas são baixas.

Assim, as oportunidades de haver envolvimento com gangues, drogas e armas são maiores. Por exemplo, o tráfico de armas não é cometido por pobres, já o varejo de drogas é um crime típico de periferias, cometido por jovens ociosos, viciados e sem esperança, que se deixam envolver pela fantasia de benefícios financeiros que valorizam a sua alta estima e seu sentido de poder, embora ilusória, como se vê nos noticiários.

Todo esse quadro caótico de violência no qual está inserida a sociedade brasileira leva a questionar se o problema da violência tem solução ou se o caos instalado é irreversível.

> Não existe uma medida mágica eficaz, que possa representar a solução para o problema. O que existe são medidas que conjugadas, poderão resultar numa reação ao crime organizado, enfrentando-o (D'Urso, 2002, p.8).

É preciso romper esta ligação da polícia com o crime, pois isso é uma pré condição necessária para o enfrentamento da criminalidade. Aliado ao combate à corrupção há a necessidade de se ampliar o policiamento preventivo, fardado, ostensivo e investigativo de modo a otimizar o trabalho para coibir o cometimento do delito. Em sendo cometido o crime, há a necessidade de investigá-lo com recursos suficientes, e para tal há de se dotar à polícia de meios para exercer o policiamento, com homens e recursos materiais e de meios para a investigação, dotando as polícias do que existe de mais avançado em tecnologia. Ainda no âmbito governamental há a necessidade de equipar as secretarias de segurança pública dos estados com tecnologia moderna dotada de uma rede de informações e de troca de dados entre elas.

Além de que é necessário ainda se ter pessoas que entendam de segurança pública na direção dessas secretarias para que possam imprimir políticas de Segurança.

No âmbito judiciário tem-se a necessidade de mudanças em nossas leis penais, para que, ao invés de inspirar impunidade (dado o tempo de tramitação de processos que se arrastam por anos, o que dá à população a sensação de que certas leis protegem mais aos criminosos que os cidadãos) inspire cada vez mais riscos à atividade criminosa e ao criminoso em potencial, o criminoso deverá ter certeza de que o risco de ser pego, julgado e condenado é grande.

Há também a necessidade de investimento na área habitacional possibilitando aos pobres o acesso à moradia digna. É importante ressaltar que os problemas da segurança pública também devem envolver toda a sociedade.

A começar pelo controle que esta deve exercer sobre a polícia, a justiça e sobre si mesma. É preciso coragem e determinação política, governamental e da sociedade brasileira para que sejam implantadas as medidas propostas.

5 Entrevistas com profissionais da área

5.1 Entrevista realizada dia 08/08/2009 com Alice Vianna, editora de Política do Jornal Exemplo, atuante na área desde 2003 (Indaiatuba).

O que é segurança pública para você?

R. É a garantia que os direitos, afirmados na constituição brasileira, seja cumpridos. O "ir e vir", defendido abertamente, é protegido por meio de ações desenvolvidas pelos responsáveis em zelar pela segurança da comunidade (como Polícia militar, Polícia Civil e Guarda Municipal).

O que você acha da segurança pública de Indaiatuba?

R. Acredito que o crescimento das populações acarreta em uma série de transformações na sociedade. Sem generalizar, me conforta pensar que muitos dos que praticam algum ato criminoso (como assaltar, por exemplo), o fazem devido a falta de oportunidade. Claro que isso não justifica uma ação criminosa – como disse, é apenas uma forma de eu me consolar. Portanto, o crescimento de uma cidade traz, além dos benefícios, consequências desagradáveis. E isso está interligado ao aumento ao aumento de assaltos, furtos e roubos, para não citar crimes mais graves. A segurança Pública de Indaiatuba caminha para a melhora nos assuntos referentes ao bem estar da sociedade. Mas, infelizmente, ao mesmo tempo em que se divulga cada vez de maneira mais constante a apreensão de drogas e a captura de meliantes, aumentam os números e os índices oficiais da criminalidade. Não culpo as polícias; é apenas uma consequência do aumento da demanda.

Você acha que a segurança pública de Indaiatuba é boa? Por quê? Se não é, o que pode ser feito para melhorar?

R. Acredito que caminhamos para um rumo que nos levará a dias melhores, sem dúvida. No momento, no entanto, vejo que as peripécias de bandidos são mais astutas que a agilidade policial. Em outras palavras, a Segurança Pública tem deixado a desejar. Para melhorar, não basta apenas treinar e capacitar mais policiais ou guardas. A base é quem deve ser reforçada, propiciando

estudo para que futuramente as crianças de hoje não se tornem os marginais de amanhã. Recentemente um jovem de 26 anos (Rafael Guerra Laurino) foi assassinado ao ter o comércio da família assaltado por um homem um pouco mais velho que ele. Ao entrevistar sua mãe, Dayse, vi que apesar da sua dor, ela lucidamente esmiuçava uma solução para os crimes cada vez mais constantes: amor. Entre outras coisas, ela disse que não vale a pena cultivar o ódio ou o rancor contra aqueles que, infelizmente, tiram a vida de pessoas de bem, é preciso atentar para o fato de que quem comete um ato criminoso pode não ter recebido amor suficiente na infância.

5.2 Entrevista realizada dia 24/07/2009 com Isabella Haddad, jornalista e assessora de imprensa da Prefeitura Municipal de Indaiatuba.

O que é segurança pública para você?

Em minha opinião, segurança pública são ações realizadas pela Prefeitura Municipal e pelo Governo que promovem efetivamente a segurança de toda a população da cidade e garante os direitos como cidadãos. Para que haja segurança, é necessário que as pessoas sejam livres para realizar suas atividades no dia a dia sem a preocupação com diversos tipos de riscos. É nosso direito: locomovermos-nos com tranquilidade no trânsito sem risco de acidente, por negligência de motoristas (alta velocidade, embriaguez); não sermos assaltados ou roubados enquanto andamos nas ruas da cidade ou quando estamos na nossa própria residência; guardas no município que garantam o bom estado dos patrimônios públicos e um policiamento eficaz. Segurança pública faz parte da democracia, em que temos o direito de ir e vir, sem prejudicar ninguém e nem ser ameaçado.

E o que você acha da segurança pública de Indaiatuba? Se boa porque, e se falta porque e o que pode se fazer para melhorar?

De uns 10 anos para cá, Indaiatuba tem se desenvolvido muito, com indústrias, comércio, condomínios residenciais entre outros investimentos. Esse aquecimento no setor econômico é ótimo, mas tem o seu outro lado: atrai

a criminalidade, a bandidagem, os assaltos e sequestros, e Indaiatuba não está fora disso como tantas outras cidades. Os altos índices de roubo de carro é um fator que chama a atenção da população para a questão da segurança. Eu acho que tem aumentado há uns dois anos o policiamento na cidade, com blitz e operações de patrulhamento, mas isso não significa com certeza que a violência e a criminalidade acabarão, mas pode inibir um pouco os atos ilegais. Acho que os responsáveis pela segurança pública estão criando ações para que a situação não piore e que a população se sinta mais protegida. Um exemplo é o COI, o Centro de Operação de Inteligência, onde estão sendo implantadas ferramentas modernas para um maior controle da segurança na cidade. Portanto, respondendo sua pergunta, acho que a segurança pública de Indaiatuba é razoável. Tem se criado estratégias para evitar abusos no trânsito com o uso do bafômetro, há blitz nas saídas da cidade, irão colocar novos radares no trânsito para o controle de velocidade e, portanto, evitar acidentes. Acho que estão trabalhando para oferecer mais segurança para a população, estão no caminho. Os passos mais difíceis serão reduzir os roubos e seqüestros, fatos que envolvem muitas questões, como desigualdade social e quadrilha organizada. A desigualdade social pode ser amenizada com projetos sociais de inclusão de pessoas carentes na sociedade, para que se sintam cidadãos com direitos e benefícios. Para exterminar as quadrilhas organizadas é necessário o investimento em serviços de investigação e inteligência, o que precisa de investimento e profissionais qualificados.

5.3 Entrevista realizada dia 14/07/2009 com Dr. Fabio de Almeida Moreira, advogado atuante na área desde 2004, em Indaiatuba e região.

O que é segurança pública para você?

É uma atividade estatal tendente a limitar o exercício de liberdade individual a fim de preservar a ordem publica. É um dever do Estado, sendo responsabilidade de todos, conforme constitucionalmente previsto.

E o que você acha da segurança pública de Indaiatuba? Se boa porque, e se falta porque e o que pode se fazer para melhorar?

Regular, diante do crescente numero de furtos, roubos e demais crimes, devendo ser aprimorado o serviço com modernização, capacitação de funcionários e melhor remuneração para os mesmos.

5.4 Entrevista realizada 23/6/09 com a delegada da cidade de Indaiatuba.

Como é a segurança publica em Indaiatuba, quando surgiu e como foi implantada?

Em 1984, o prefeito de Indaiatuba, Jose Carlos Tonin, viu que a segurança estava critica e para reforçar a segurança publica decretou o primeiro distrito de Policia de Indaiatuba.

Como você avalia a segurança Publica em Indaiatuba.

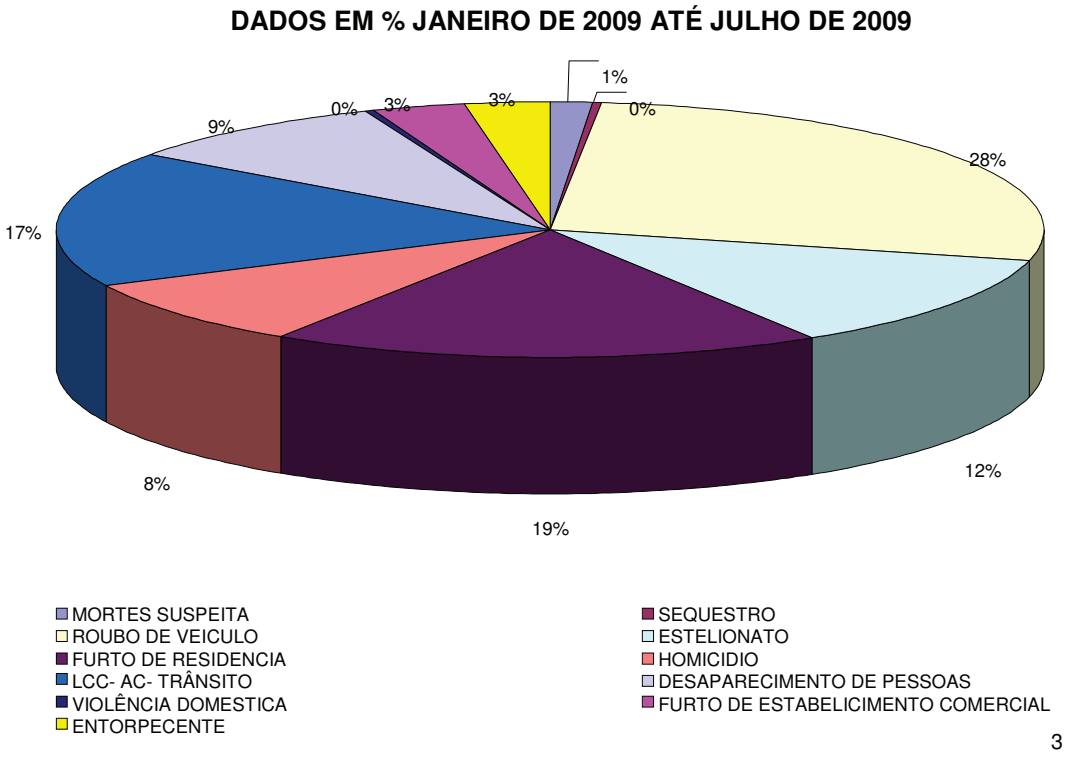
Porem hoje a segurança publica esta defasada, o numero de policiais que temos na ativa corresponde a 80 mil habitantes, só que a população é de 200 mil habitantes.

É suficiente a segurança em Indaiatuba hoje, para o numero de habitantes que temos. Sim porque, se não por quê?

Não há guardas suficientes para a população devido ao crescimento da cidade.

6 Análise quantitativa dos resultados

Seguem abaixo dados em % do levantamento da criminalidade feita na cidade de Indaiatuba, os gráficos mostram o ano de 2006, 2007, 2008 e 2009.



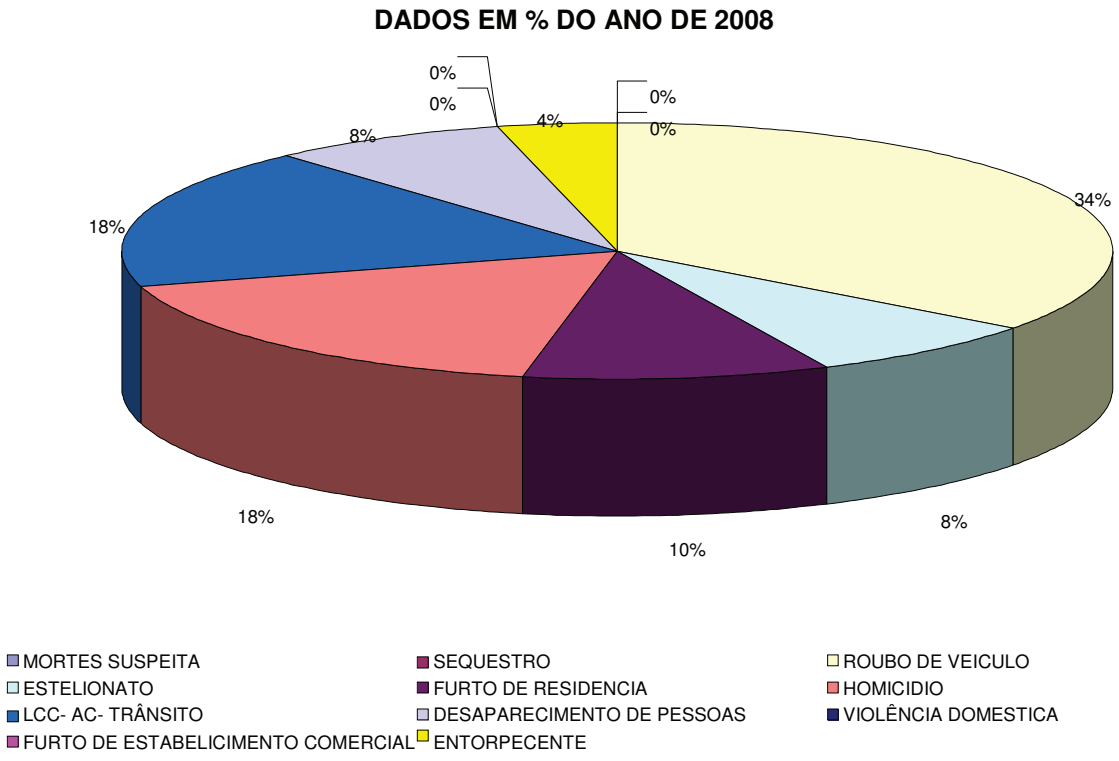
3

BOLETIM DE OCORRÊNCIA	
DADOS EM % DE JANEIRO 2009 ATÉ JULHO DE 2009	
MORTES SUSPEITAS	3
SEQUESTRO	1
ROUBO DE VEICULO	61
ESTELIONATO	28
FURTO DE RESIDENCIA	41
HOMICIDIO	19
LCC- AC- TRÂNSITO	39
DESAPARECIMENTO DE PESSOAS	20
VIOLÊNCIA DOMESTICA	1
FURTO DE ESTABELICIMENTO COMERCIAL	7
ENTORPECENTE	6

[3] Fonte: Livro de registro de Boletim de Ocorrência obtido pela delegacia de Policia de Indaiatuba, elaborado por Adriana Ap. da Silva, Cristina Fantinato da Silva e Eder de Oliveira Martinho.

 ISSN 1679-8902

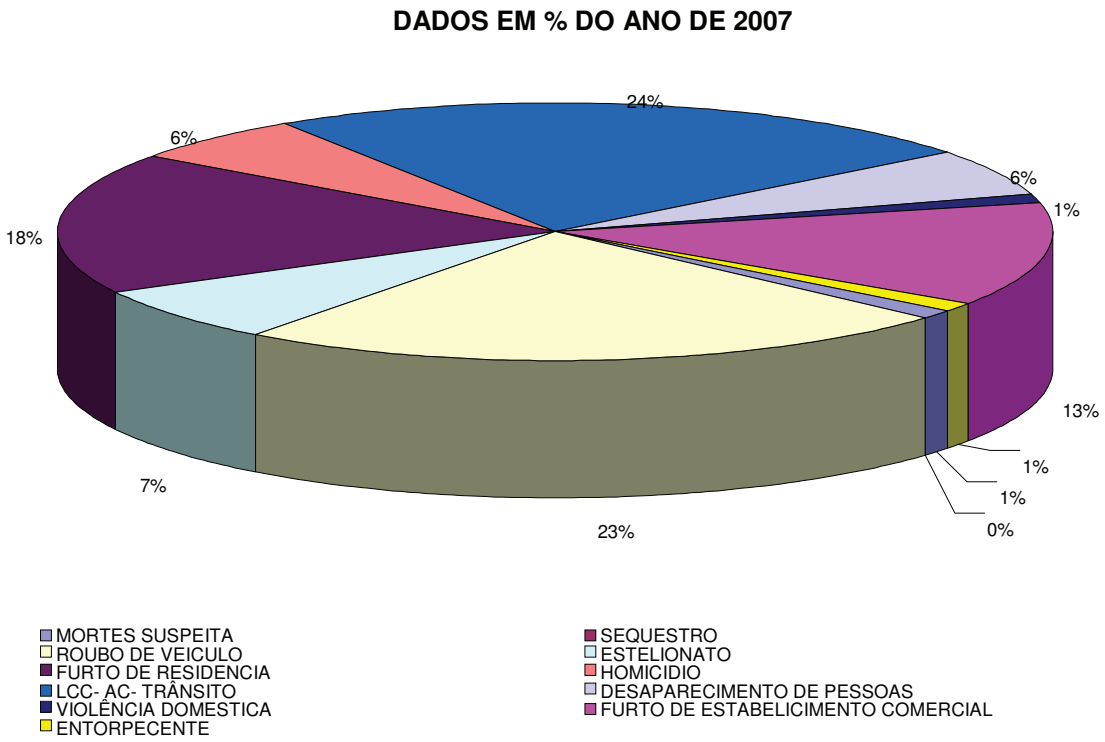
+.



BOLETIM DE OCORRÊNCIA	
DADOS EM % DO ANO DE 2008	
MORTES SUSPEITAS	0
SEQUESTRO	0
ROUBO DE VEICULO	18
ESTELIONATO	4
FURTO DE RESIDENCIA	5
HOMICIDIO	9
LCC- AC- TRÂNSITO	9
DESAPARECIMENTO DE PESSOAS	4
VIOLÊNCIA DOMESTICA	0
FURTO DE ESTABELICIMENTO COMERCIAL	0
ENTORPECENTE	2

[4]

[4] Livro de registro de Boletim de Ocorrência obtido pela delegacia de Policia de Indaiatuba, elaborado por Adriana Ap. da Silva, Cristina Fantinato da Silva e Eder de Oliveira Martinho.

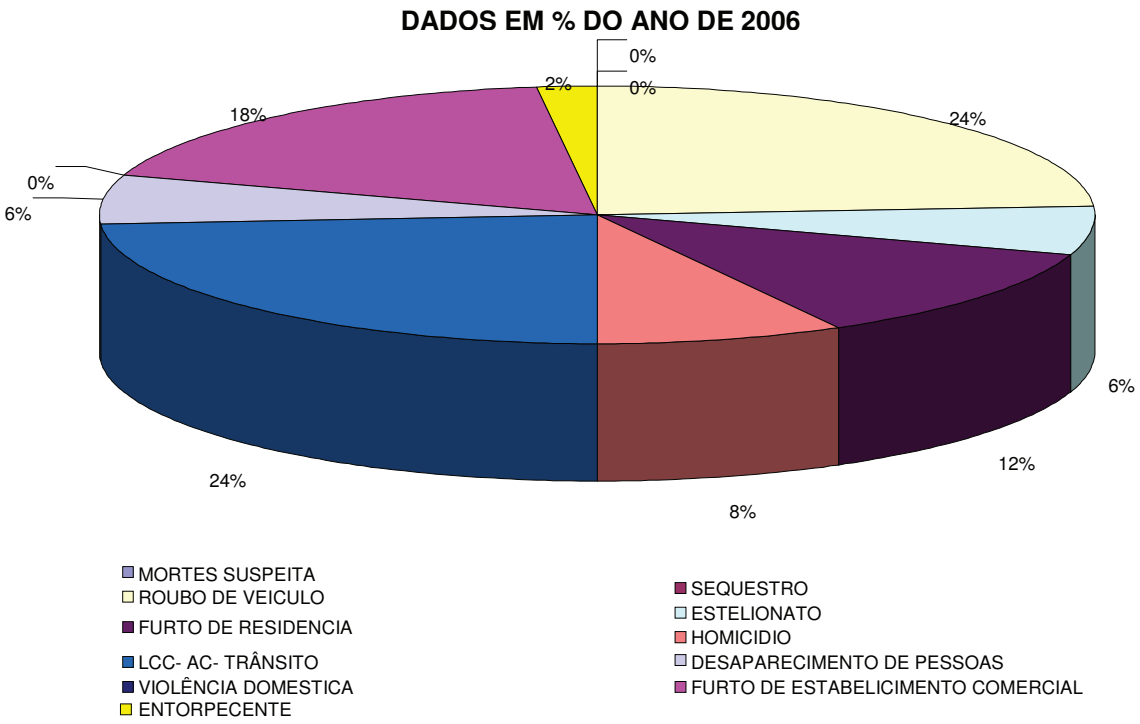


5

BOLETIM DE OCORRÊNCIA	
DADOS EM % DO ANO DE 2007	
MORTES SUSPEITAS	1
SEQUESTRO	0
ROUBO DE VEICULO	20
ESTELIONATO	6
FURTO DE RESIDENCIA	15
HOMICIDIO	5
LCC- AC- TRÂNSITO	20
DESAPARECIMENTO DE PESSOAS	5
VIOLÊNCIA DOMESTICA	1
FURTO DE ESTABELICIMENTO COMERCIAL	11
ENTORPECENTE	1

[5] Livro de registro de Boletim de Ocorrência obtido pela delegacia de Policia de Indaiatuba, elaborado por Adriana Ap. da Silva, Cristina Fantinato da Silva e Eder de Oliveira Martinho.

 ISSN 1679-8902



6

BOLETIM DE OCORRÊNCIA	
DADOS EM % DO ANO DE 2006	
MORTES SUSPEITAS	0
SEQUESTRO	0
ROUBO DE VEICULO	12
ESTELIONATO	3
FURTO DE RESIDENCIA	6
HOMICIDIO	4
LCC- AC- TRÂNSITO	12
DESAPARECIMENTO DE PESSOAS	3
VIOLÊNCIA DOMESTICA	0
FURTO DE ESTABELICIMENTO COMERCIAL	9
ENTORPECENTE	1

[6] Livro de registro de Boletim de Ocorrência obtido pela delegacia de Policia de Indaiatuba, elaborado por Adriana Ap. da Silva, Cristina Fantinato da Silva e Eder de Oliveira Martinho.

Os gráficos das figuras anteriores foram elaborados em porcentagem, pois os períodos abrangidos durante o ano eram diferentes. Segundo os gráficos acima, pode-se verificar que o primeiro semestre de 2009, o índice de ocorrências foi superior aos anos anteriores, onde os dados levantados foram do ano todo.

7 METODOLOGIA

Para que se concretizassem os objetivos da pesquisa, foram utilizados métodos através dos quais foram encontradas respostas e sugestões para o problema.

Desta forma, o acesso a conteúdos bibliográficos adequados aos temas que envolvem segurança, evolução histórica, histórico do município, foram realizados nas dependências da Biblioteca Henrique Schultz, situada na faculdade Max Planck, através de pesquisa exploratória efetuada nas publicações disponíveis, utlizado para fundamentos teóricos.

Após coleta de informações mediante a pesquisa exploratória, foram efetuadas as entrevistas e os questionários da pesquisa descritiva através de dados coletados diretamente com profissionais da área, envolvidos com o assunto segurança, inclusive com a tabulação de dados estatísticos, obtidos através de regitros oficiais, nos órgãos oficiais competentes.

Diante das informações obtidas de ambas as maneiras descritas, foi necessária então uma análise mais profunda sobre as causas, a pesquisa explicativa, que busca a natureza das relações entre as variáveis encontradas a partir das informações coletadas.

Desta maneira, a partir de todas as informações coletadas utilizando as diferentes maneiras aqui apresentadas, a pesquisa se tornou possível e se tentou responder então os questionamento levantados quando da sua existência , uma vez que o assunto em si, não tem uma resposta “fechada”.

8 CONCLUSÃO

Os profissionais envolvidos com a segurança do município foram enfáticos ao afirmarem que o processo de desenvolvimento econômico da cidade de Indaiatuba, foi um dos indutores do aumento da insegurança pública vivida no município, em virtude da forte migração de pessoas à cidade, em busca de melhores condições econômicas para sua sobrevivência e de sua família.

Aliado a este processo, muitas pessoas se firmaram e encontraram realmente melhores condições de sustentabilidade mas também outro contingente não prosperou neste caminho, buscando alternativas nas questões que envolvem a violência pública, como tráfico de drogas, assaltos, roubos, como saída para sua sobrevivência.

Diante deste quadro, a cidade tem feito esforços no sentido de combater tais atos, porém muitas vezes encontrando empecilhos crescentes a tais ações, uma vez que esta prática se regionalizou, sendo que pessoa de cidades vizinhas também tem agido no município, fazendo com que o combate a viol6encia não seja acompanhado pelo aumento de pessoas vivendo da criminalidade.

São muitos os problemas da segurança pública e várias são as causas. O Estado, como afirma D'Urso, deixou de fornecer à população direitos básicos para que possam viver com dignidade, como hospitais, escolas, lazer e saneamento básico, principalmente para a parcela mais pobre da população que vive nas periferias dando oportunidade ao crime organizado para se instalar com estrutura empresarial e oferecer estes serviços aos moradores que ficam à mercê de bandidos perigosos e poderosos que os manipulam, como também fascinam os agentes responsáveis por combatê-los, devido ao enriquecimento fácil.

Outros fatores associados ao aumento da criminalidade são a pobreza e a miséria, a marginalidade dos centros urbanos e os processos migratórios. No

entanto, é necessário perceber que ser pobre não torna ninguém criminoso e que a delinquência é encontrada em todas as classes sociais.

Aliado a todas essas medidas que devem ser tomadas em conjunto, deve ser somado um plano dos governos federal, estadual e municipal e entidades civis no sentido de implementar a geração de empregos e renda, investir na educação, criando mais escolas e proporcionando a permanência das crianças nas instituições escolares dando-lhes condições de continuar seus estudos sem precisar abandoná-los, investindo na saúde, aumentando a quantidade de hospitais, médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde.

Esta é uma luta que necessita de um esforço conjunto, um direcionamento comum, por parte de diferentes segmentos governamentais numa articulação entre os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e da sociedade em geral, pois só assim irá se conseguir, de forma sustentável, impor limites às pressões cotidianas da violência.

Referências

D'URSO, L. F. B. A segurança pública no Brasil. In: Revista Jurídica Consulex. Rio de Janeiro, Ed. nº 141, ano VI p. 52-53, NOV 2002.

RAMOS, S. Só o pacto social vence a guerra. In: Revista Veja. Rio de Janeiro, Ed. especial, p. 96, JAN 2002.

SOARES, L. E. Como enfrentar o caos. In: Revista Veja. Rio de Janeiro, Ed. n° 4, p. 79, JAN 2002.

www.fórumbrasileirodesegurançapública.com.br Acesso em 18/02/09

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Campanha da Fraternidade 2009*: *Manual*. Brasília, Edições CNBB. 2008.

http;//pt.wikipedia.org/wiki/pol%c3%adtica_p%c3%bablica. Acesso em 09/04/0

http;//pt.wikipedia.org/wiki/pol%c3%adtica_p%c3%bablica. Acesso em 16/04/09.

http://www.polis.org.br/obras/arquivo_255.pdf acesso em 18/2/2009.

Livro de registro de Boletim de Ocorrência obtido pela delegacia de Policia de Indaiatuba, elaborado por Adriana Ap. da Silva, Cristina Fantinato da Silva e Eder de Oliveira Martinho.